



COMPANHIA DOCAS DO PARÁ
Autoridade Portuária

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ
DIRETORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERVISÃO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS/ PATRIMÔNIO

TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 50901.000375/2025-51

HISTÓRICO DE REVISÕES

Data	Versão	Descrição	Autor
31/01/2025	1.0	Finalização da primeira versão do documento	rleite
25/03/2025	2.0	Revisão do documento após análise jurídica	gpoliveira
14/04/2025	3.0	Revisão do documento após análise de conformidade	rleite

SUMÁRIO

- 01 – OBJETO DA CONTRATAÇÃO
- 02 – JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO
- 03 – DA METODOLOGIA DA CONTRATAÇÃO
- 04 – DOS LOCAIS COBERTOS
- 05 – DAS COBERTURAS, LIMITES SEGURADOS E FRANQUIAS
- 06 – DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
- 07 – DO PAGAMENTO
- 08 – DO REAJUSTE DE PREÇOS
- 09 – DA APÓLICE
- 10 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA
- 11 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
- 12 – DAS OBRIGAÇÕES DA CDP
- 13 – DA VISTORIA TÉCNICA
- 14 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA CONTRATADA
- 15 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 16 – SINISTROS
- 17 – DISPOSIÇÕES FINAIS

TERMO DE REFERÊNCIA

Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME Nº 1/2019

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para emissão das apólices de Seguro de Responsabilidade Civil Geral para garantir o pagamento de indenização por eventuais perdas ou danos decorrentes de acidentes pessoais ou ainda causados a terceiros nos locais sob responsabilidade da Companhia Docas do Pará - CDP, conforme as especificações Constantes neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação de seguro dessa natureza visa evitar ou atenuar prejuízos em caso de eventuais sinistros que possam vir a gerar impacto financeiro à Companhia em face da atividade exercida.

2.2. Justifica-se, também, para o cumprimento à Resolução ANTAQ nº 3.274 - art. 32 - Inciso XVIII, de 06 de fevereiro de 2014.

"Art. 32. Constituem infrações administrativas a que se sujeitam a autoridade portuária, o arrendatário, o autorizatório e o Operador Portuário, observadas as responsabilidades legais, regulamentar e contratualmente atribuídas a cada um desses agentes:

XVIII - Não contratar ou deixar de renovar seguro de responsabilidade civil e de acidentes pessoais para cobertura para os usuários e terceiros e outros

exigidos em convênio de delegação ou nos respectivos instrumentos contratuais: multa de até 100.000,00 (cem mil reais); (redação dada pela resolução normativa nº 02 - ANTAQ, de 13.02.2015.)"

3. DA METODOLOGIA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação será realizada através de processo licitatório, na modalidade **Pregão**, na forma **Eletrônica**, do tipo **Menor Preço Global**, conforme os dispositivos legais, notadamente a **Lei nº 13.303/2016** e demais legislação pertinente.

3.2. O objeto pode ser enquadrado na categoria de **serviços comuns**, assim configurados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, em conformidade com o art. 3º, inciso II do **Decreto nº 10.024/2019**.

4. DOS LOCAIS COBERTOS

LOCAIS DE COBERTURA	
LOCAL 01	Porto de Belém - Av Marechal Hermes - Praça Pedro Teixeira S/N - Centro - Belém/Pará - CEP: 66010-000
LOCAL 02	Terminal Petroquímico de Miramar - Av Arthur Bernardes, S/N - Val-de-Cães - Belém/Pará - CEP: 66115-000
LOCAL 03	Terminal de Outeiro - Ilha de Caratateua, Estrada BL 10 - Bairro Brasília (Outeiro) - Belém/Pará - CEP: 66845-840
LOCAL 04	Porto de Vila do Conde - Rodovia PA 481 - Km 2,3 - Barcarena/Pará CEP: 68447-000
LOCAL 05	Porto de Santarém - Av Cuiaabá, s/n. - Bairro Vera Paz - Santarém/Pará - CEP: 68040-400
LOCAL 06	Porto de Itaituba - Av Beira Rio, s/n. - Distrito de Miritituba - Itaituba/Pará - CEP: 68191-400
LOCAL 07	Porto de Altamira - Rod. Transamazônica, Km 60 - Belo Monte II - Vitória do Xingú/Pará - CEP: 68371-970

4.1. Os locais especificados correspondem as áreas públicas internas comuns aos usuários, visitantes e trabalhadores, incluindo as vias de acessos, pátios, armazéns, galpões, calçadas, equipamentos administrados pela Autoridade Portuária.

5. DAS COBERTURAS, LIMITES SEGURADOS E FRANQUIAS

ITEM	SEGURO	LMG R\$
01	Responsabilidade Civil	R\$ 500.000,00
02	Sub Limite - Por ocorrência ou agregado - EMPREGADOR	R\$ 300.000,00
03	Sub Limite - Por ocorrência ou agregado - DANOS MORAIS	R\$ 200.000,00

FRANQUIA/PÓS - APLICÁVEL POR SINISTRO OCORRÊNCIA OU EVENTO		
ITEM	COBERTURAS - SEÇÃO RESPONSABILIDADE CIVIL	FRANQUIAS/PÓS
01	Responsabilidade Civil	5% (cinco por cento) do valor da ocorrência
02	Sub Limite - Por ocorrência ou agregado - EMPREGADOR	5% (cinco por cento) do valor da ocorrência
03	Sub Limite - Por ocorrência ou agregado - DANOS MORAIS	Sem franquia

5.1. O **Seguro de Responsabilidade Civil Geral** deve garantir à Companhia, até o limite máximo de garantia da apólice - LMG, quando responsabilizada por danos causados a terceiros, o reembolso das indenizações a que for obrigada a pagar, a título de reparação de danos materiais, corporais ou morais causados a terceiros, por sentença judicial transitada em julgado, ou por acordo com os terceiros prejudicados, com a anuência da seguradora, incluindo danos decorrentes de caso fortuito e força maior que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil à época de sua contratação, desde que tais danos sejam decorrentes das atividades relacionadas a atividade portuária de cargas, abrangendo no mínimo:

5.2. Roubo ou furto qualificado de bens ou mercadorias de terceiros sob a responsabilidade da concessionária;

5.3. Responsabilidade civil por danos corporais e/ou materiais, causados à terceiros, ocorridos no interior dos estabelecimentos especificados na apólice.

5.4. Danos decorrentes de acidentes aquaviários (embarcações);

5.5. Responsabilidade civil do empregador;

5.6. Responsabilidade civil por danos corporais e/ou materiais, causados a terceiros, nos quais a concessionária preste serviços de movimentação de cargas e durante a prestação de tais serviços, compreendidos o carregamento, a descarga, o deslocamento, o içamento e a descida de bens tangíveis/corpóreos; e

5.7. Responsabilização civil por danos corporais e/ou materiais, causados a terceiros, durante a realização de obras civis e/ou prestação de serviços de montagem, instalação e/ou assistência técnica e manutenção, de máquinas, equipamentos e/ou aparelhos em geral;

5.8. Poluição súbita ou acidental e despesas de contenção de sinistros;

5.9. Danos morais para todas as coberturas acima.

5.10. Deverão estar contempladas nesta cobertura os danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, compreendendo-se como tal, embarcações, mercadorias armazenadas nas dependências dos locais especificados na apólice como locais de risco.

5.11. No que concerne a danos corporais não são equiparados a terceiros os empregados do Segurado, os trabalhadores portuários avulsos ou quaisquer terceirizados que estejam operando sob contrato ou comando do segurado, sendo que estes vinculam-se ao limite segurado estipulado como sub-limite para a Responsabilidade Civil - Empregador.

6. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

6.1. Os serviços a serem licitados, de acordo com pesquisa de contratações, realizada nos moldes do art. nº 15 e seguintes do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos, correspondem ao valor médio **anual de R\$ 163.598,00** (cento e sessenta e três mil, quinhentos e noventa e oito reais), sendo o valor **global para os cinco anos da contratação de R\$ 817.990,00** (oitocentos e dezessete mil, novecentos e noventa reais), conforme anexo Pesquisa Painel de Preços Ano 2023 a 2024 ([9343287](#)).

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento em parcela única referente ao prêmio anual para prestação dos serviços objeto deste Termo será efetuado pela **CDP**, mediante documento hábil de cobrança (fatura e/ou nota fiscal e recibo), apresentado pela **CONTRATADA** com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, devidamente conferido e certificado pela **FISCALIZAÇÃO**, observada a data de vencimento que deverá constar no respectivo documento.

7.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar a seguinte documentação quando da realização da cobrança, além das mencionadas no item acima (7.1): Certidão Conjunta Negativa de Débitos da RFB/PGFN; do Certificado de Regularidade do FGTS e Certidões de Regularidade Fiscal para com as fazendas Estadual e Municipal do domicílio fiscal da licitante, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8. DO REAJUSTE DE PREÇOS

8.1. O preço contratual poderá ser reajustado, observando-se o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de abertura das propostas, como se trata de uma contratação de serviços continuados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a espécie de reajustamento dos preços deste contrato deverá ser reajustado por índice de correção monetária.

8.2. Com relação ao índice de reajuste a ser aplicado, as normas recomendam que seja adotado um índice oficial que guarde a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos os insumos ou materiais. É imprescindível ainda que este índice seja apurado por uma instituição de notória idoneidade e independência.

8.3. Como não foi possível identificar um índice específico aplicável aos componentes de custos com insumos e materiais deste contrato, deverá ser adotado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere à correção (inciso II, do § 1º do art. 107 da ADCT, incluído pela EC Nº 95/2016)

9. DA APÓLICE

9.1. Emitir Apólice condizente com as especificações, riscos, riscos cobertos e demais exigências contidas neste Termo de Referência e entregar à CDP a(s) Apólice(s) de Seguro no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a formalização do contrato.

9.2. A entrega da apólice de seguro deverá ser feita no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data de assinatura do instrumento contratual.

9.3. Na apólice deverá constar a data e o horário do início e término de sua vigência.

10. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

10.1. O prazo de vigência do contrato resultante deste certame será de 05 (cinco) anos, respeitados o reequilíbrio econômico financeiro a cada 12 (doze) meses, bem como a renovação da previsão orçamentária, com início a partir da data de sua assinatura, na forma estabelecida na Lei nº 13.303/2016, em seu art. 71, bem como do art. 128 e 129, § único do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da CDP.

10.2. A apólice do seguro deve ser emitida com prazo de validade de 12 (doze) meses, devendo ser renovada a cada renovação da previsão orçamentária.

10.3. Considerando a obrigatoriedade de fornecimento de seguro de Responsabilidade Civil de acidentes pessoais para cobertura para os usuários e terceiros e outros, prevista na Resolução ANTAQ nº. 3274/2014 e suas posteriores alterações, gerando a necessidade de que esta contratação possua natureza contínua.

10.4. O prazo contratual de 05 (cinco) anos, refletirá em maior garantia para a futura empresa Contratada, o que certamente refletirá em preços mais vantajosos para a Contratação.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (SEGURADORA)

11.1. Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos de vigência das apólices de seguro contratado.

11.2. Apresentar trimestralmente à CDP, planilha contendo a relação completa de todos os processos de sinistros avisados na SEGURADORA. Da citada planilha deverão constar: Nº do protocolo do sinistro na SEGURADORA, Nº da Apólice, data da ocorrência, descrição, local, valor estimado para indenização ou valor reclamado, data da indenização, valor indenizado e situação atual do sinistro;

11.3. Tomar todas as providências necessárias relativas aos sinistros comunicados pela SEGURADA, no sentido de vistoriar, liberar, regular e liquidar o bem sinistrado, sob pena de ser responsabilizada pelo agravamento do estado e dimensão do evento, bem como, por todas as despesas e encargos advindos diretamente de tal delonga, inclusive lucros cessantes;

11.4. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de qualificação exigidas na licitação.

11.5. Manter sigilo sobre quaisquer dados, informações ou documentos, da SEGURADA, de que venha a ter conhecimento ou que lhe venham a ser confiados, não podendo sob qualquer pretexto, divulgá-los, revelá-los ou reproduzi-los, sob as penas da lei;

11.6. Não transferir a outrem o serviço contratado, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da CDP.

11.7. Nomear representante para atuar como preposto assessorando nas questões relacionadas ao Contrato, especialmente nas situações em que envolver indenizações.

11.8. Cumprir e atender com presteza todas as exigências da fiscalização, especialmente àquelas relativas a prazos de prestação, conclusão e entregas de serviços.

11.9. Prestar pontualmente os esclarecimentos que lhe forem solicitados;

11.10. Cumprir e fazer cumprir todas as cláusulas e condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital de licitação e no Contrato;

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (SEGURADA)

12.1. Colocar à disposição da SEGURADORA os meios de comunicação que atendam à natureza da contratação;

12.2. Exercer a fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA a qualquer momento e sem aviso prévio;

12.3. Fornecer à SEGURADORA todos os dados e informações necessárias à execução do objeto do contrato, considerada a natureza deste;

12.4. Permitir à SEGURADORA acesso a todas as áreas, instalações e equipamentos necessários ao cumprimento das tarefas previstas neste Termo de Referência, quando necessário;

12.5. Notificar, por escrito, à SEGURADORA, fixando prazo para corrigir quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado;

12.6. Comunicar à SEGURADORA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis da data de seu recebimento, qualquer citação, carta ou documento que receber e que se relacione com sinistro coberto pelo contrato de seguro;

12.7. Providenciar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido no respectivo boleto bancário/fatura/apólice.

12.8. A SEGURADA realizará o pagamento, mediante apresentação dos respectivos documentos de cobrança, acompanhados da via original das respectivas autorizações, conforme estabelecido no instrumento contratual;

13. DA VISTORIA TÉCNICA

13.1. É facultada às proponentes a realização de vistoria prévia dos locais e instalações da CDP a fim de obter subsídios com vista à elaboração de suas propostas de preços, visto que os interessados não poderão alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto desta contratação.

13.2. A empresa interessada poderá vistoriar o local segurado com o objetivo de inteirar-se das condições existentes para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, mediante prévio agendamento junto à **Supervisão de Gestão de Ativos Imobiliários e Patrimônio (SUAIPI)**, através dos telefones: **91-31829192** ou **91-992325758** ou e-mail corporativo **rlente@cdp.com.br**. A vistoria deverá ser previamente agendada em dias úteis, das 8 às 17 horas, no máximo até 72 (setenta e duas) horas antes da realização do pregão eletrônico.

13.3. Na ocasião da vistoria, será providenciada declaração de vistoria, devidamente assinada, para as licitantes que optarem pela realização da mesma.

13.4. Em hipótese alguma, o desconhecimento das condições poderá ser alegado como justificativa para inexecução ou execução irregular do serviço a ser prestado.

14. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA CONTRATADA

14.1. Registro de inscrição da licitante na SUSEP (Superintendência de Seguros Privados).

14.2. Apresentação de atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando, que a licitante prestou serviços pertinentes e compatíveis em características com o objeto licitado. Preferencialmente deverão constar dos atestados as seguintes informações: nome da empresa, CNPJ e ainda o nome e cargo da pessoa que o assina/valida.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal ou descumprir qualquer mandamento do Edital ou da legislação em vigor estará sujeito, garantido o direito à ampla defesa, as seguintes sanções, conforme previsão no Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da CDP:

15.2. advertência;

15.3. multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

15.4. suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a CDP, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

15.5. Pela inexecução total ou parcial do objeto da licitação, a Administração aplicará à CONTRATADA, as seguintes sanções:

15.6. advertência por escrito;

15.7. multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da proposta ou lance final ofertado devidamente atualizado, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas na legislação em vigor, na hipótese de recusa injustificada da licitante vencedora em retirar a Nota de Empenho e/ou celebrar o contrato; no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, caracterizando inexecução total das obrigações acordadas;

15.8. multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, por dia de atraso, no caso de descumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, referentes ao pagamento de salários, encargos ou benefícios e demais obrigações trabalhistas;

15.9. em caso de reincidência, multa de 5% (cinco por cento), aplicada cumulativamente, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, referente ao mês em que for, constatado o novo descumprimento contratual;

15.10. multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total da contratação devidamente atualizado, por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas na legislação em vigor, na hipótese de recusa injustificada da CONTRATADA em apresentar a garantia, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura do contrato, e/ou recompor o valor da garantia, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após regularmente notificada;

15.11. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, dobrável na reincidência, referente ao mês em que for constatado o descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Termo de Referência ou no termo contratual;

15.12. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, dobrável na reincidência, referente ao mês em que for constatada a ausência de disponibilização das informações e/ou documentos exigidos neste Termo de Referência;

15.13. multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA.

15.14. A sanção prevista nos itens anteriores poderá ser aplicada juntamente com as demais penalidades, assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

15.15. As sanções previstas neste Termo de Referência são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15.16. A multa, aplicada após regular processo administrativo, poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

15.17. Se a multa for de valor superior ao do pagamento devido, a CONTRATADA continuará efetivando os descontos nos meses subsequentes, até que seja atingido o montante atribuído à penalidade, ou, se entender mais conveniente, poderá descontar o valor remanescente da garantia prestada, ou ainda, quando for o caso, realizar a cobrança judicialmente.

15.18. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso na prestação do serviço advier de caso fortuito ou motivo de força maior.

16. SINISTROS

16.1. No caso de sinistro que possa ser indenizável, deverá o segurado ou quem suas vezes fizer:

16.2. Comunicar à seguradora pela via mais rápida ao seu alcance, sem prejuízos da comunicação escrita, que deverá ser formalizada posteriormente.

16.3. Após a entrega de toda a documentação solicitada, a seguradora deverá disponibilizar a indenização em no máximo 25 (vinte e cinco) dias desta data.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1. Fica esclarecido que os valores apresentados são meramente referenciais e tem a única finalidade de subsidiar as licitantes a elaborarem suas propostas. Os valores se tratam de mera estimativa, razão pela qual não poderão ser exigidos, nem considerados como valor para pagamento mínimo, podendo sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com a necessidade da Companhia, sem que isso justifique qualquer indenização a CONTRATADA.
- 17.2. A CDP rejeitará, no todo ou em parte, o objeto em desacordo com o especificado neste Termo de Referência.
- 17.3. Na hipótese de existência de contradições entre o Termo de Referência, Edital, Contrato e Ordem de Serviço, prevalecerá o disposto neste Termo de Referência, inclusive, quanto a todos os seus efeitos legais.
- 17.4. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

ANEXO I

1. Estudo Técnico Preliminar da Contratação ([9268195](#));
2. Pesquisa Paineis de Preços Ano 2023 a 2024 ([9343287](#));
3. Matriz de risco da Contratação ([9343332](#)).



Documento assinado eletronicamente por **Richardson Luís Leite da Silva**, Supervisor de Ativos Imobiliários/ Patrimônio, em 14/04/2025, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9638183** e o código CRC **BEB9CF6B**.



Referência: Processo nº 50901.000375/2025-51



SEI nº 9638183

Avenida Assis de Vasconcelos, s/n - Bairro Campina
Belém/PA, CEP 66010-010
Telefone: 31829192 - www.cdp.com.br

Criado por [rleite](#), versão 2 por [rleite](#) em 14/04/2025 17:34:58.